

Transposição do Rio São Francisco: análise da efetividade do Programa Básico Ambiental (PBA 17) e os conflitos ambientais na Comunidade Quilombola de Santana (PE)

*Charles Evandre Vieira Ferreira*¹

*Patrícia Binkowski*²

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

Resumo: Nas últimas décadas, o Brasil vem registrando diversos conflitos ambientais em decorrência da implantação de projetos de desenvolvimento como hidrelétricas, mineração, rodovias, ferrovias, usinas nucleares, entre outros. No Nordeste brasileiro, o projeto que mais atraiu olhares foi o Projeto da Transposição do Rio São Francisco. A promessa do Governo Federal é de beneficiar milhões de pessoas nos estados do Ceará, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte com o sistema de captação de água. Diante desse cenário, este estudo apresenta uma abordagem qualitativa em busca compreender o Programa de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas e os conflitos ambientais em torno de sua efetivação na Comunidade Quilombola Santana, no município de Salgueiro, Pernambuco. Em linhas gerais, os principais resultados apontam que a maioria das ações propostas pelo programa não haviam sido implementadas na comunidade. A partir das análises evidência que os principais conflitos se dão devido à inefetividade de distribuição d'água do Velho Chico.

Palavras-chave: água; conflito ambiental; resistência; território quilombola.

¹ Mestre em Ambiente e Sustentabilidade pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS, 2020). Graduado em Direito pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB, 2014).

² Professora adjunta da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Unidade Universitária Hortênsias em São Francisco de Paula (RS). Professora Permanente no Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sustentabilidade (UERGS). Engenheira Agrônoma (2006) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Mestra (2009) e Doutora (2014) pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS), com Doutorado Sanduíche no Programa de Posgrado en Desarrollo Rural Sustentable, Universidad de la Republica (UdelaR), Montevideu, Uruguai (Bolsista CAPES).

Transposition of the São Francisco river: analysis of the effectiveness of the Basic Environmental Program (PBA 17) and the environmental conflicts in the quilombola community of Santana (PE)

Abstract: In the last decades, Brazil has registered several environmental conflicts, due to the implementation of infrastructure projects such as hydroelectric and nuclear power plants, mining sites, roads, railways, and others. In the Brazilian north-east region, the most pronounced project has been the São Francisco. The Federal Government's promise is to benefit millions of people in the states of Ceará, Pernambuco, Paraíba and Rio Grande do Norte with the water intake system. Given this scenario, this study analyzes and seeks to understand the Quilombola Communities Development Program and the environmental conflicts that involve its implementation in the Quilombola Santana Community, located in the municipality of Salgueiro, in the interior of Pernambuco. In summary, the main results suggest that the majority of the propositions listed in the PBA 17 have not been truly implemented in the community. Through this analysis, it has been observed that the main conflicts in the Santana Quilombola Community appear due to the inefficiency of the water distribution collected from the Velho Chico River.

Keywords: water; environmental conflict; resistance; quilombola territory.

Transposición del río São Francisco: análisis de la eficacia del Programa Ambiental Básico (PBA 17) y los conflictos ambientales en la comunidad quilombola de Santana (PE)

Resumen: En las últimas décadas, Brasil viene registrando varios conflictos ambientales derivados de la implementación de proyectos de desarrollo como hidroeléctricas, minería, carreteras, ferrocarriles, centrales nucleares, entre otros. En el Nordeste brasileño, el proyecto que más llamó la atención fue el Proyecto de Integración del Río São Francisco. La promesa del Gobierno Federal es beneficiar a millones de personas en los estados de Ceará, Pernambuco, Paraíba y Rio Grande do Norte con un sistema de toma de agua. Ante este escenario, este estudio analiza y busca comprender el Programa de Desarrollo de las Comunidades Quilombolas y los conflictos ambientales que rodean su implementación en la Comunidad Quilombola Santana, ubicada en el municipio de Salgueiro, en el interior de Pernambuco. En líneas generales, los principales resultados indican que la mayoría de las acciones propuestas en el PBA 17 no fueron realmente implementadas en la comunidad. A partir de este análisis, se evidencia que los principales conflictos que surgen en la Comunidad Quilombola Santana se deben a la ineficacia de la distribución de agua del Velho Chico.

Palabras clave: agua, conflicto ambiental, resistencia, territorio quilombola.

Não é de hoje que a relação entre sociedade e natureza é alvo de discussão e caracterizada como uma questão conflituosa, porém, somente no século XX, mais especificamente nos últimos 30 anos, ganhou ampla magnitude, devido aos efeitos globais e globalizantes da crise ambiental (OLIVEIRA, 2007). Os riscos e impactos negativos decorrentes da ação humana e as respostas ecossistêmicas, por meio das acomodações de fenômenos naturais que terminam por provocar riscos e desastres (poluição atmosférica, hídrica e de solos, desertificação e cheias etc.) e comprometimento de modos de vida no futuro (mudanças climáticas) tornaram o tema ambiental de interesse fundamental para as ciências sociais (ALMEIDA e PREMEBIDA, 2014), assim como despertaram o interesse e ganharam importância em nível internacional.

Assim, as discussões sobre meio ambiente e sustentabilidade ampliaram-se internacionalmente a partir da I Conferência das Nações Unidas em Estocolmo, na Suécia, com a publicação do relatório *Limits to Growth*, do Clube de Roma, lançado em 1972. Seu foco foi alertar que a sociedade industrial estaria ultrapassando os limites ecológicos, caso continuasse a promover o tipo de crescimento econômico registrado em 1960 e 1970 (MEBRATU, 1998).

A partir de então houve a ampliação dos debates e, em 1987, a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento publicou o relatório da *Our Common Future* (Nosso Futuro Comum), em que buscou alertar sobre os problemas ambientais como questão global. Ao passar do tempo, outros eventos e discussões foram sendo realizados, tais como a Eco 92, a Rio+10 e, mais recentemente, a Rio+20 (NASCIMENTO, 2012), o que possibilitou a incorporação da discussão nas diversas áreas do conhecimento. No âmbito das ciências sociais, nas últimas três décadas, o ambiente se tornou importante nos debates, um objeto teórico e empírico cada vez mais estudado, “assumindo uma dimensão polissêmica por excelência, incorporando uma riqueza simbólica e uma real capacidade para provocar a mobilização social em torno das transferências de sentido que pode suscitar” (ALMEIDA e PREMEBIDA, 2014, p. 22).

Embora o ambiente tenha se tornado uma questão importante nos debates, adquirindo importância institucional, é cada vez mais comum que, por um lado, empresas enxerguem a natureza apenas como recurso que deve ser explorado para a reprodução de suas atividades, com o objetivo principal de acumulação do capital; do outro lado, tem-se um Estado que, por meio dos seus projetos ditos de “desenvolvimento” – hidrelétricas, complexos industriais, agronegócio, empresas de mineração, etc. – tem devastado áreas de reserva e expropriado pessoas do seu território (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010; FLEURY e ALMEIDA, 2013). É nesse contexto que emergem os conflitos ambientais, campo de grande destaque nas ciências sociais. Para Acselrad (2004: 18) “os conflitos ambientais podem ser entendidos como expressão de tensões no processo de reprodução dos modelos de desenvolvimento.”

Zhour e Oliveira (2007) consideram que as políticas desenvolvimentistas têm resultado na intensiva exploração dos recursos naturais, agravando o uso das áreas econômicas marginais à expansão das fronteiras econômicas sobre os territórios ocupados pela agricultura familiar, povos tradicionais e minorias étnicas, o que inviabiliza a existência de diversos grupos cuja reprodução social depende das suas relações com o território e com a diversidade biológica.

No Brasil, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi o responsável pela “retomada de grandes projetos de infraestrutura, como hidrelétricas, hidrovias, rodovias, portos, entre outros, ao longo dos antigos eixos de desenvolvimento, dessa vez, com a perspectiva da “inclusão internacional” da nação ao mercado global” (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010: 15). Entre estes projetos, o principal em torno da infraestrutura hídrica no Brasil foi o da transposição do rio São Francisco, no Nordeste do país.

O Projeto da Transposição do Rio São Francisco é constituído por dois canais de concreto totalizando 477 km dividido por dois eixos (217 quilômetros no Eixo Leste e 260 quilômetros no Eixo Norte). O Eixo Norte, que captará água da barragem de Sobradinho (BA), e o Eixo Leste, captará água da barragem de Itaparica (PE), beneficiados os estados de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba (BRASIL, 2004).

Ambos correspondem aos eixos principais; os eixos associados ainda estão em fase de construção, por essa razão a região sofreu vários impactos socioambientais de diferentes ordens, desde deslocamentos de povos e comunidades tradicionais, entre eles, indígenas, quilombolas, pequenos agricultores etc., como impactos à fauna e flora locais, degradação de áreas verdes etc.

O Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF) inicialmente foi orçado em R\$ 4,6 bilhões, em abril de 2018 chegou ao um patamar de 10,7 bilhões e está previsto para sua conclusão o montante de R\$ 20 bilhões (BRASIL, TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO, 2018).

Este estudo apresenta-se como uma ampliação das reflexões acerca dos conflitos ambientais resultantes de um megaprojeto de desenvolvimento que tem resultado em vários impactos para a região Nordeste. Assim, o objetivo do presente estudo é identificar e analisar como se configura o conflito ambiental em torno da transposição do rio São Francisco, especificamente a partir da implementação das ações previstas no Programa Básico Ambiental (PBA 17), na Comunidade Quilombola Santana, em Salgueiro – PE. Justifica-se a realização do estudo por este trazer à tona as transformações que um projeto dessa magnitude pode ocasionar para populações tradicionais³, no caso em questão, à Comunidade Quilombola Santana, para que, partir de então, possamos compreender de que forma essas comunidades quilombolas foram impactadas pela transposição do Rio São Francisco.

Conflitos ambientais

O campo dos conflitos ambientais no contexto latino-americano vem se consolidando ao longo do tempo e busca evidenciar as relações conflituosas geradas em razão das maneiras diferentes que os atores sociais se relacionam com a natureza (FLEURY; ALMEIDA; PREMEBIDA, 2014). O processo de expansão econômica, por meio de projetos desenvolvimentistas, associado a dinâmicas de acumulação do capital como estratégias de reprodução do sistema capitalista, tende a favorecer a eclosão dos conflitos ambientais.

Para Acselrad (2004: 26), os conflitos ambientais são:

Aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por

³ Populações tradicionais são sujeitos políticos capazes de estabelecer uma articulação entre práticas conservacionistas e direitos territoriais com o ambiente, incluindo ribeirinhos, quilombolas, indígenas, agricultores etc. (CARNEIRO DA CUNHA e ALMEIDA, 2009).

impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos. O conflito pode derivar da disputa pela apropriação de uma mesma base de recursos ou de bases distintas, mas interconectadas por interações ecossistêmicas mediadas pela atmosfera, pelo solo, pelas águas etc. Este conflito tem por arena unidades territoriais compartilhadas por um conjunto de atividades cujo ‘acordo simbiótico’ é rompido em função da denúncia dos efeitos indesejáveis da atividade de um dos agentes sobre as condições materiais do exercício das práticas de outros agentes.

Enquanto isso, para Fleury (2016), o conflito ambiental surge de grupos sociais, de modo que são apropriados espaços considerados sagrados para os povos tradicionais. Segundo Binkowski (2018: 16), é “a partir da denúncia de atores sociais, grupos, coletivos e movimentos sociais que o conflito ganha visibilidade.”

O conflito ambiental envolve relações de poder entre os diferentes sujeitos que conjugam determinados significados de meio ambiente, espaço e território, que consolidam certos sentidos, noções e categorias que passam a vigorar como as mais legítimas e passíveis de sustentar as ações sociais e políticas (ZHOURI, 2006). Assim, “os conflitos ambientais surgem do rompimento eventual de acordos desse tipo, são emblemáticos das contradições que permeiam os modelos de desenvolvimento no interior do qual respectivamente eclodem” (ACSERALD, 2004: 17).

Além de a sobreposição de usos e disputas pelos recursos naturais se apresentarem de modos diferentes para os atores sociais, é importante ressaltar o caráter subjetivo e simbólico envolvido nessas relações sociais. Para Acselrad (2005), os conflitos ambientais são decorrentes das discussões entre sociedade-natureza, isto é, da implantação de megaprojetos que visam ao crescimento, sendo formas de manter o sistema capitalista simbólico sobre o uso e apropriação do ambiente. Para o autor, essas rupturas ou conflitos ocorrerão quando existir um “desacordo no interior do arranjo espacial de atividades de uma localidade ou região, implicando na ameaça da continuidade de um tipo de ocupação do território pela maneira como outras atividades são conduzidas” (ACSELRAD, 2005 *apud* FLEURY, ALMEIDA e PREMEBIDA, 2014: 64).

A instalação de grandes projetos, no geral, está localizada em comunidades cuja organização social é mais fragilizada em relação aos grandes centros urbanos (ACSELRAD, 2004; ZHOURI e LASCHEFSKI 2010; FLEURY, 2013; BINKOWSKI, 2014). Além disso, esses são espaços onde existe falta de informação/comunicação e um “baixo nível de mobilização e resistência” (BINKOWSKI, 2018: 16), fazendo que a população demore a se orientar sobre o conflito que está se instaurando.

Os subúrbios pobres de grandes cidades são os locais preferidos para instalação de indústrias poluidoras. Esses locais onde vivem famílias de baixa renda, em geral negras ou pertencentes a grupos “minoritários”, como latinos e indígenas, em pequenos bairros ou distritos isolados onde as alternativas de inserção econômica são escassas, assim como as possibilidades de mobilidade social. (ACSELRAD, 2009: 102)

Tais projetos, muitas vezes conhecidos como aqueles que trarão desenvolvimento, resultam “na devastação ambiental e na ameaça aos grupos que viviam nessas áreas, os quais passaram a se organizar em resistência a esse processo” (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010: 12).

O conflito ambiental envolve relações de poder entre os diferentes sujeitos que disputam diferentes significados para o meio ambiente, espaço e território. De modo que certos sentidos consolidam “noções e categorias que passam a vigorar como as mais legítimas e passíveis de sustentar as ações sociais e políticas”

(ZHOURI, 2005: 2). Portanto, os grupos sociais que estão em disputas pelo espaço, território, ou seja, em manter seu modo de vida, sua tradição, têm uma visão do meio ambiente diferente da dos autores preocupados apenas com o poder monetário. Zhouri e Oliveira (2007) enfatizam que existem dois lados em torno dos conflitos ambientais que denominam como um “campo de batalha”:

de um lado, as populações ribeirinhas que resguardam a terra como patrimônio da família e da comunidade, defendido pela memória coletiva e por regras de uso e compartilhamento dos recursos; **de outro lado**, [...] o Estado e empreendedores públicos e privados que, a partir de uma ótica de mercado, entendem o território como propriedade, e, como tal, uma mercadoria passível de valoração monetária. (ZHOURI e OLIVEIRA, 2007: 120, grifo nosso)

Esses diferentes sujeitos, nomeados “povos e populações tradicionais” – ribeirinhos, camponeses, agricultores, comunidades quilombolas e povos indígenas, entre outros⁴ –, no geral, desenvolvem formas de relacionamento harmonioso e mantêm uma relação simbólica com a natureza. Por outro lado, a classe dominante, detentora dos meios de produção, enxerga o ambiente como meio para reprodução do sistema capitalista, o que propicia desenvolver relações sociais contraditórias e conflitantes (ZHOURI e OLIVEIRA, 2012).

Portanto, é preciso entender que o conflito ambiental envolve um conjunto de atores sociais e um processo de produção social complexo, e aqueles considerados como mais vulneráveis são os que mais sofrem com as transformações do “desenvolvimento” e são, do mesmo modo, os que buscam resistir a todas as formas de injustiças. Apesar dos avanços legais consagrados na Constituição da República Federal de 1988, mesmo diante da extensa lista de mecanismos legais nacionais e internacionais dos quais o Brasil é signatário, percebe-se, na prática, que “nem sempre as formas e os instrumentos participativos oferecidos por essas políticas encontram eco nas práticas da população ou na pequena política local” (LOPES, 2006: 52). Ou, ainda, complementa o autor: “nem sempre as propostas políticas democráticas sabem lidar com as demandas da população” (*idem*).

Transposição do Rio São Francisco

O Projeto da Integração do Rio São Francisco é o maior projeto hídrico do Brasil sob responsabilidade do Governo Federal. Em 2007, o empreendimento foi incluído no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), sendo seu principal objetivo a captação de 3,5% da vazão das águas do rio São Francisco, que serão destinados aos estados, beneficiando mais de 12 milhões de pessoas no acesso direto à água (BRASIL, 2004).

O megaprojeto que capta água da barragem de Itaparica, na cidade de Floresta, ambas no Sertão Pernambucano, será constituído por 13 aquedutos, 9 estações de bombeamento, 27 reservatórios, 9 subestações de 230 quilowatts, 4 túneis, usinas hidrelétricas, rios, pontes, açude projetado, beneficiando 390 municípios conforme mencionado (BRASIL, 2004).

⁴ O Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, institui a Política Nacional do Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidade Tradicionais (PNPCT).

Figura 1 – Localização dos eixos da Transposição do Rio São Francisco. Fonte: Brasil (2018).



Na Figura 1, é possível vislumbrar o tamanho e a complexidade da obra do PISF, além de seus principais canais e os ramais associados. Através dos ramais dos eixos associados, é possível ter uma garantia de segurança hídrica por meio das adutoras estaduais. Porém, existem controvérsias e dúvidas no real objetivo do PISF. Para Suassuna (2006), a falta de planejamento do PISF se torna enorme potencial em se transformar em um “grande elefante branco”, com o objetivo de beneficiar interesses políticos, mantendo a velha prática do coronelismo, além do viés econômico.

A obra da transposição do rio São Francisco sempre teve um viés muito mais político do que social ou científico. O empreendimento, que envolve as grandes empresas construtoras do **Brasil** e as grandes empresas de engenharia elétrica, tem na sua base um alicerce falso, pois fala que seria realizada para atender as necessidades das populações rurais, cujas produções agrícolas e criações de animais padecem na época da estação seca. Na realidade este quadro continua e foi acentuado com as obras da **transposição**. Este alicerce é falso, porque esconde desde o início o real propósito da transposição, que era patrocinar grandes **projetos de irrigação dos grandes latifundiários do Nordeste**, padrinho e patrocinadores dos coronéis da política regional, cujo modelo é o mesmo desde o início da colonização. (BARBOSA, 2018: 2, grifo nosso)

O PISF ainda está em fase de finalização, por isso existem muitas perguntas a serem respondidas quanto a sua efetiva operação. Na opinião do Gestor III:

nós enquanto Estado, o que pensamos em relação ao PISF, é super importante para gente. Todo mundo tem consciência e todo mundo sabe disso. A vontade que dê certo é grande, mas temos uma série de dificuldades, principalmente de dinheiro. Aí eu fico achando como é que se faz uma obra daquela, uma obra gigantesca, uma obra bilionária, uma obra linda, porque eu fui lá também, eu tive a oportunidade de conhecer, é linda, mas não houve um planejamento de como ia funcionar tudo isso [...]. Houve uma falta de planejamento na operação, planejaram a obra, fizeram a obra espetacular, mas a operação não houve uma definição. Houve lá uma assinatura de um termo de compromisso em 2005, dos Governadores. (Gestor III, pesquisa de campo, fevereiro 2019, grifo nosso)

Apesar das controvérsias, não se pode negar que o PISF, especificamente o Eixo Leste, em operação desde 2018, garantiu uma disponibilidade de água para

grandes centros urbanos, a exemplo de Campina Grande (PB) que em 2017 enfrentava um período de severo racionamento de água, prestes a um colapso. Então, para evitá-lo, precisaram-se agilizar as obras do Eixo Leste, bombeando água da barragem de Itaparica, em Floresta (PE), percorrendo 217 km de canal de concreto até desaguar em Monteiro (PB), no rio Paraíba, percorrendo água até o açude do Boqueirão, que abastece a cidade de Campina Grande e região.

Para a Controladoria Geral da União (CGU), o projeto apresenta enormes deficiências na gestão operacional: “apesar da complexidade do empreendimento, não há um Plano de Gestão de Riscos e/ou instrumento que permita o mapeamento e o gerenciamento de riscos que podem ocorrer durante o processo de operacionalização do empreendimento” (BRASIL, CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO, 2017: 7). Ainda de acordo com o relatório da CGU, foram encontradas lacunas/fragilidades no modelo de gestão do PISF, que são:

Indefinição do fluxo de aprovação do Plano de Gestão Anual (PGA); Falta de formalização do Plano Diretor de Gestão (PDG); Falta de instrumento de gestão, com a definição de metas, meios e incentivos; Falta de mecanismos de controle que permitam o gerenciamento adaptativo; Indefinição quanto a forma e método utilizados para prestação de serviços de operação e manutenção. (BRASIL, CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO, 2017: 7)

Tais problemas demonstram como grandes projetos são controversos e mal planejados, trazendo dúvidas sobre sua efetiva operação. Mas, afinal, se o objetivo do PISF é beneficiar o povo nordestino levando água para população, como ficam as comunidades? E, mais especificamente, a comunidade quilombola que aprofundaremos nosso estudo?

As ações previstas no PBA 17: “O projeto vai trazer uma coisa boa, vai mudar a cara da comunidade”⁵

O Programa de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas era sinônimo de esperança de que os dias seriam melhores para centenas de famílias das comunidades quilombolas da área direta e indireta do PISF. Porém, no decorrer dos anos em que foram sendo finalizados os trechos das obras do canal, a esperança das comunidades foi se transformando em um misto de frustrações e descrenças na efetivação do PBA 17.

No Nordeste, essa obra sempre esteve presente no imaginário do sertanejo, por este sofrer com grandes secas e ausência de investimentos na região. Por isso, ao se pensar na magnitude da obra da transposição do Rio São Francisco de responsabilidade do Governo Federal, e, ainda mais, sendo o Presidente um nordestino, jamais se poderia imaginar que as ações do Programa de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas PBA 17 destinadas às comunidades quilombolas ficariam apenas em promessas.

Durante a pesquisa de campo realizada em janeiro e fevereiro de 2019, constataram-se inúmeros relatos sobre a não implementação e efetividade das obras que deveriam ter sido realizadas pelo Ministério da Integração Nacional. A partir dos relatos dos moradores da Comunidade Quilombola de Santana, averiguou-se que ainda não foram realizadas obras ou investimentos na comunidade.

⁵ Trecho extraído da entrevista com a Liderança I. Segundo esta liderança, esse era o discurso do Ministério da Integração Nacional nas reuniões realizadas com a Associação Quilombola de Santana (PE).

Ao se perguntar a alguns dos entrevistados, moradores da Comunidade Quilombola de Santana, se tinham conhecimento sobre o Programa de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas, eles responderam da seguinte forma:

Olha, era uma coisa abstrata, que na época o pessoal não tinha conhecimento e eu também não. Ficava muito vago. Eles falavam assim: O projeto que vai trazer muita coisa boa. Vai mudar a cara da comunidade. Imagine uma coisa grande. Aí as mulher falava: A gente vai costurar. A gente quer um monte de máquina para costurar. Aí eles diziam: Não! Pense numa coisa grande pra vocês mudar de vida. Aí foi passando, o projeto foi passando, foi passando, foi passando e não chegou nunca. Piorou né? (Liderança I, janeiro 2019)

***nós aqui, já tamo cansado, já tamo velho, mil promessa já que fizeram e nada sai.** [...] sempre que a gente participava das reunião sempre eles dizia que ia beneficiar o pessoal da comunidade quilombola [...]. **Aqui não chegou nada!** Se as crianças não saísse para estudar fora, eles ia ficar sem escola né? Se a gente não corresse pro posto lá no Pau Ferro não ia ser atendido. Se tivesse esperando pela promessa mermo nera. Aí desenvolvimento não teve nenhum. (Entrevistada II, janeiro 2019, grifo nosso)*

***A gente fica muito, muito frustrado, muito angustiado [...].** Eu tô falando pela comunidade toda, dos moradores todo não ter acesso. A gente ter só promessa. (Liderança IV, janeiro 2019, grifo nosso)*

*a promessa que a gente pensava que era uma promessa assim, que a água no canal era pa ter água no canal e a gente se servir. Antes eles dizia que a água ia passar e ia ser bom pro nordestino. Mas o que nós só tem direito se for na bacia [...]. Pruque no canal eles num aceita. **Eles num aceita pegar água no canal não.** (Entrevista V, janeiro 2019, grifo nosso)*

São diversos os relatos dos moradores insatisfeitos com a falta de implementação do programa de desenvolvimento das comunidades quilombolas. A implantação do Programa de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas é de responsabilidade do Ministério da Integração atualmente Ministério do Desenvolvimento. Para desenvolver as ações previstas nele é que foi subdividido em dois: o Subprograma de Regularização das Terras Quilombolas e o Subprograma de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas.

O foco do presente estudo será o Subprograma de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas, este consiste em promover o desenvolvimento das comunidades identificadas nas áreas de influência do empreendimento através de “implantação de infraestrutura de abastecimento de água (cisternas, poços e redes de distribuição), tratamento de esgotos (fossa sépticas), coleta e destinação de lixo, transporte (melhoria de acessos), educação, saúde etc.” (BRASIL, PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS, 2005: 8).

O quadro a seguir apresenta uma sinopse das ações previstas a partir da implantação do PBA 17.

Quadro 1– Ações de desenvolvimento previstas no PBA 17. Fonte: Ferreira (2020) adaptado do PBA 17.

PBA 17	DESCRIÇÃO	AÇÕES PREVISTAS
Subprograma de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas	Ações previstas de infraestrutura	Construção de casas;
		Construção de banheiros e fossas;
		Melhoria das estradas de acesso e construção de passarelas na comunidade;
		Instalação do posto de saúde, posto telefônico e centro multiculturais;

		Reforma e reativação da escola da comunidade;
		Sistema de implantação de abastecimento e tratamento de água.

Essas ações de desenvolvimento previstas no Quadro 1, quando apresentadas por integrantes do Ministério da Integração em reuniões na Associação Quilombola de Santana, foram vistas como positivas, pois seriam benefícios para toda a comunidade. Seguem alguns relatos dos moradores:

Disseram que era bom e ia passar beneficio pra gente aqui. (Entrevistado VII, janeiro 2019)

*A gente recebeu várias formações. A gente teve várias reuniões que o pessoal de fora vinha e pessoal também do canal vinham. Só que eles sempre puxava prum lado deles né? Eles⁶ sempre dizia **que ia melhorar, que eles iam dar o que eles tirassem iam recompensar.*** (Entrevistada VIII, janeiro 2019, grifo nosso)

Rapaz quando eles passaram aí, nós⁷ ficou bem alegre. Ia ter água, aí a gente vai se beneficiar né? Mai se foi um sonho. (Entrevistado VI, fevereiro 2019)

Para Zhouri e Laschefski (2010), esse modelo de desenvolvimento desencadeou os conflitos socioambientais envolvendo populações tradicionais. Para Brasil (2014: 20) “a transposição do Rio São Francisco tem raízes profundas no desenvolvimentismo e no modelo neoliberal que se seguiu em crise”. Ele questiona o modelo de desenvolvimento por não incorporar os mais vulneráveis. Ademais, nesse modelo de desenvolvimento, não se incorporam nos empreendimentos os mais vulneráveis. Sendo assim, continua prevalecendo o mesmo *modus operandi* da velha política, na qual os mais excluídos sempre dependerão dos favores políticos.

Procedimentos metodológicos

No processo de pesquisa, a escolha da abordagem, seja qualitativa, seja quantitativa, dependerá da escolha dos métodos de coleta e análise que serão adotados no delineamento da pesquisa (BAUER, GASKEL e ALLUM, 2002). Pela natureza que esta pesquisa se propôs, por si mesma ela se define como uma abordagem qualitativa. Essa abordagem permitiu que o fenômeno fosse compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, analisado em uma perspectiva integrada (CRESWELL, 2010).

Para Denzin e Lincoln (2006: 3), “a pesquisa qualitativa é uma atividade situada que posiciona o observador no mundo. Ela consiste em um conjunto de práticas interpretativas e materiais que tornam o mundo visível”. Logo, os pesquisadores estudam as coisas em seus contextos naturais, deste modo tentam entender ou interpretar os fenômenos de acordo com as percepções que as pessoas lhe atribuem (DENZIN e LINCOLN, 2006).

Conforme recomenda Creswell (2010), para desenvolver um estudo qualitativo, o ponto de partida é o estudo exploratório para uma aproximação com os

⁶ Os termos “Eles” citados por membros da comunidade, referem-se aos servidores que integram o Ministério da Integração Nacional.

⁷ Já os termos “nós” faz menção aos próprios membros da comunidade.

estudos já realizados sobre o campo a ser explorado. Portanto, esta pesquisa seguiu as seguintes etapas: 1) Fase de aproximação do objeto de pesquisa; 2) Pesquisa de campo; 3) Sistematização e Análise dos dados. A seguir, apresento uma sinopse de cada etapa e, mais adiante, apresento-as em detalhes.

A *primeira etapa* desta pesquisa se deu no âmbito do que chamamos de “*aproximação ao objeto de pesquisa*”. Nesse período, realizou-se a coleta de dados iniciais com pesquisa direta de materiais secundários nos sítios da internet, como exemplo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), PBA 17, ofícios etc., assim como a leitura atenta de artigos científicos sobre o referencial teórico escolhido. Esta etapa foi importante para sabermos o que tinha sido publicado sobre o tema abordado e, especialmente, informações preliminares sobre a comunidade que integrou o campo empírico da pesquisa.

A próxima fase da pesquisa, *segunda etapa*, foi denominada de “*pesquisa de campo*”, com o intuito de mergulharmos no campo empírico, na comunidade quilombola Santana, localizada no município de Salgueiro (PE), assim como visitas às instituições que mantinham relações diretas com a comunidade, como o escritório regional do Ministério da Integração, em Salgueiro (PE), o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Salgueiro, a Fundação Palmares, em Brasília (DF), a Companhia de Águas, em Pernambuco, em Recife/PE, além de contato via telefone e *e-mail* com o setor específico que trata sobre questões quilombolas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no Médio São Francisco, com sede em Petrolina – PE.

Nesta fase da pesquisa, deu-se especificamente a coleta de dados, isto é, “a coleta de informações por meio de observações e entrevistas não estruturais ou semiestruturais, de documentos e materiais visuais (CRESWELL, 2010: 212). Isso foi possível graças à vivência na comunidade, por isso utilizamos como estratégia de coleta de dados a realização de entrevistas semiestruturadas com membros da comunidade, além de membros das entidades e instituições mencionadas. Gaskell (2002) nos orienta que a entrevista é uma interação que se dá em determinado contexto, entre duas pessoas – o entrevistador e o entrevistado – e que, de algum modo, é dirigida pelo primeiro. A direção das entrevistas se desenvolveu com base no roteiro elaborado, alicerçado no referencial teórico. Cada entrevista foi gravada com a permissão verbal e/ou escrita do(a) entrevistado(a) e, posteriormente, transcrita.

Além das entrevistas semiestruturadas, também fiz observações não participantes, que registrei no diário de campo, e coletei alguns documentos junto à direção da associação da comunidade, tais como: livro de atas da Associação Quilombolas de Santana, Certidão de Registro da Comunidade e Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID).

A *terceira etapa* desta pesquisa deu-se com “*sistematização e análise de dados*”. A sistematização se desenvolveu logo após a finalização do campo empírico, com a organização e catalogação das entrevistas, transcrição dos áudios, organização dos documentos, além da sistematização dos vídeos e fotografias. Já a análise dos dados teve como base a técnica de análise de conteúdo.

Conforme já mencionado, optei pela entrevista semiestruturada devido à flexibilidade no ato de entrevistar, uma vez que as questões elaboradas nortearam a condução das entrevistas, mas outras podiam ser elaboradas durante o próprio processo de entrevista. As questões basilares contemplavam cinco categorias principais, quais sejam: i) identidade enquanto comunidade tradicional quilombola; ii) nível de conhecimento sobre o PBA 17; iii) percepções dos efeitos do PBA

17 na comunidade; iv) redes de atores e organização comunitária; v) nível de conhecimento sobre as instituições envolvidas no PBA 17. No entanto, no decorrer do processo de entrevistas foram surgindo categorias emergentes do campo.

Quanto aos participantes da pesquisa, podemos identificar três grupos específicos:

Grupo I: Entrevistas realizadas com lideranças da comunidade. Foram entrevistadas quatro lideranças, identificadas no capítulo analítico como “Liderança”;

Grupo II: Entrevistados da comunidade quilombola Santana. Foram realizadas 16 entrevistas identificadas no texto como “Entrevistados/entrevistadas”;

Grupo III: Gestores representando os atores institucionais. Foram realizadas cinco entrevistas identificadas no texto como “Gestor”.

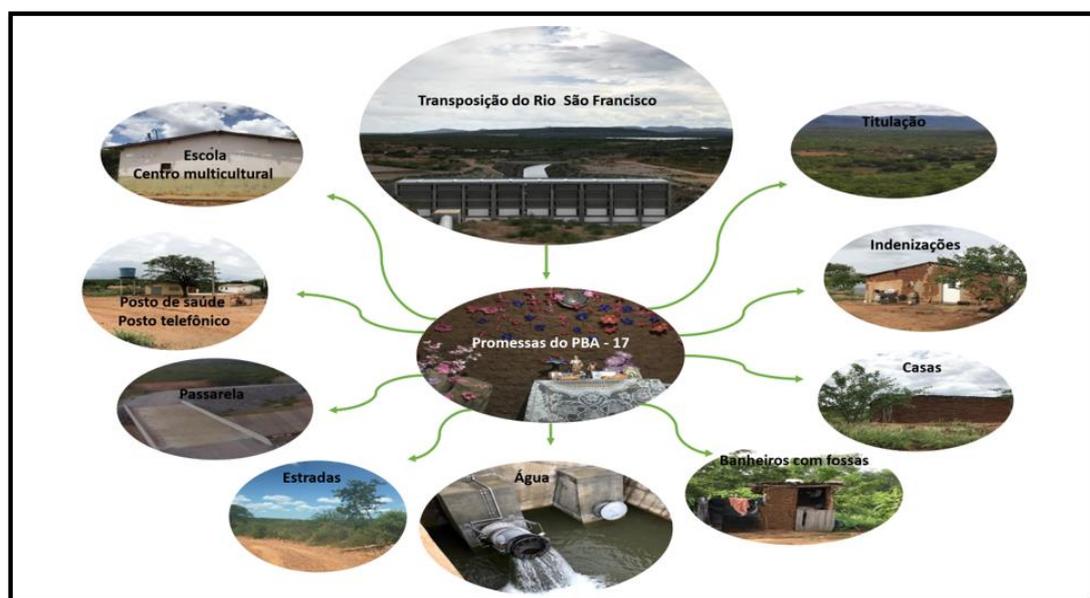
Para o encerramento do campo empírico, utilizou-se o método de saturação. Nele, “o pesquisador se dá conta [de] que não aparecerão novas surpresas ou percepções” (GASKELL, 2002: 71). Com efeito, todas as entrevistas foram apresentadas de forma anônima, mantendo a identidade do entrevistado ou entrevistada preservada.

Binkowski (2014) ressalta que o formato metodológico de uma pesquisa está em constante transformação, seja em função da amplitude de certas temáticas, seja pela influência do próprio andamento da pesquisa de campo e dos dados coletados e, obviamente, do contato do pesquisador com seus entrevistados e das relações de troca e conhecimento junto ao orientador/a. Em consonância com isso, as definições metodológicas foram elaboradas e (re)elaboradas ao passo em que a pesquisa foi se constituindo.

Resultado da pesquisa

Neste capítulo, são apresentados os efeitos e/ou as mudanças provocados pelo Programa de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas (PBA 17) na Comunidade Quilombola de Santana/PE. Na figura 2 abaixo apresenta as principais ações prevista no PBA 17.

Figura 2 – Resultados da pesquisa. Fonte: Ferreira, 2020.



Em relação ao longo período do processo de titulação das terras da Comunidade Quilombola de Santana infelizmente ainda não foi titulada. Além da delonga no processo de titulação, alguns de seus membros não foram devidamente indenizados pelo Governo Federal pela desapropriação de suas terras nem pelas benfeitorias que existiam em suas propriedades.

Além do conflito de informações em relação às indenizações das terras e benfeitorias, existe outro conflito em consequência das explosões realizadas na obra do canal de transposição que danificou algumas casas mais próximas ao canal, algumas com grandes rachaduras na estrutura. Esse dano provocou enormes prejuízos econômicos para diversos moradores.

Segundo os moradores, foram destinadas para a Comunidade Quilombola de Santana, inicialmente, 14 casas. Dessas, construíram-se apenas 8, com material de baixa qualidade, demanda essa que foi motivo de cobrança em várias reuniões realizadas na Associação Quilombola de Santana com representantes do Ministério da Integração registrado na página 11 do livro 2 de Ata, conforme a Nota Técnica 66/2011-DPA da Fundação Cultural Palmares.

No Programa de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas, existia o planejamento de construir banheiros com fossas em suas casas. Para a Comunidade Quilombola Santana, estava prevista “a construção de 50 banheiros, com fossas sépticas e sumidouros” (BRASIL, PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS, 2005: 9). Além dos banheiros, outras benfeitorias previstas pelo Programa não foram construídas. Outra ação não implementada são as melhorias de acesso à Comunidade Quilombola de Santana, que são muito precárias: estradas de chão batido, ruins e sem sinalização de trânsito. De acordo com os moradores, eles reivindicaram ao Ministério da Integração melhorias nos acessos à comunidade, pois, em razão da construção do canal, o território da comunidade foi “cortado” ao meio. Dessa forma, uma das demandas era a construção de mais uma passarela que ligasse um lado do canal ao outro lado, mas também não foi feita: “o povo pediu a passarela e eles prometeram de fazer” (Entrevista III, janeiro 2019).

Outra demanda muito importante para a Comunidade Quilombola de Santana é o acesso à saúde. Segundo o relato da Presidente da Associação Quilombola de Santana, a comunidade tem aproximadamente 80 famílias, cerca de 400 moradores, e não existe nenhum posto de saúde em Santana. Assim, os moradores da Comunidade precisam se locomover até Pau dos Ferros, Umãs ou Salgueiro para serem atendidos.

Muitas vezes, os moradores de Santana não são atendidos, pois são os habitantes desses locais os que têm prioridade de atendimento. Um posto de saúde na Comunidade Quilombola de Santana sempre foi uma demanda da comunidade, porém essa ação nunca foi atendida pelas autoridades competentes.

Em pleno século XXI, não se imagina que ainda existem localidades sem rede telefônica, pois bem, essa era uma das demandas da Comunidade Quilombola de Santana no início das obras do PISF. Após 15 anos, essa demanda continua sendo prioridade da Comunidade – tais pedidos ao Ministério da Integração estão registrados em livros de Atas nas páginas 59 e 61 do livro 1 e na página 11 do livro 2 da Associação Quilombola de Santana. De acordo com a Nota Técnica 142/2016 emitida pelo Ministério da Integração através da Coordenação Geral de Programas Ambientais, informa-se que, apesar da articulação realizada junto à Embraetel, o atendimento da demanda da telefonia comunitária não foi possível, por não haver saldo para execução da ação.

Quanto à ação prevista para a área de educação na Comunidade, esta é vista como de extrema necessidade, devido à existência de muitas crianças em período escolar, mas que, na comunidade, não têm nenhuma escola. Outra ação voltada para a comunidade, porém não implementada foi o quiosque cidadão, que consiste em promover inclusão social disponibilizando um espaço coletivo estruturado com sala de informática, cinco computadores com conexão à rede de internet e salas voltadas para promover ações ligado ao lazer, cultura etc.

O projeto da Transposição do rio São Francisco foi concebido para beneficiar o povo nordestino com água proveniente e canalizada do rio São Francisco, conforme mencionado. O empreendimento tem como principal objetivo o fornecimento de água para o “abastecimento humano, irrigação, dessedentação de animais, criação de peixe e de camarão, numa área que, atualmente, possui cerca de 12 milhões de habitantes” (RIMA, 2004: 3).

Para a Comunidade Quilombola de Santana, a promessa de que haveria água potável foi a mais importante, pois muitas pessoas da comunidade dependem da água para sobrevivência/subsistência.

Após dezesseis anos da assinatura das obras da transposição e dez anos do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação, constatou-se que o acesso à água potável ficou ainda mais precário, causando até mesmo situações conflituosas quanto ao acesso à água.

Atualmente, o abastecimento de água potável é de responsabilidade do Exército Brasileiro, em parceria com a Prefeitura Municipal de Salgueiro, através de carros pipas, porém esse abastecimento é insuficiente, sendo necessário que os moradores comprem água potável para suas atividades diárias, além de pagarem uma taxa da Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA) pela água que não chega até suas torneiras.

Esse é um dos conflitos em que se encontra a Comunidade Quilombola Santana, um conflito ambiental da esfera daqueles “[que] denunciam contradições nas quais as vítimas não só são excluídas do chamado desenvolvimento, como também assumem todo o ônus dele resultante. Ou seja, eles evidenciam situações de injustiça ambiental” (ZHOURI e LASCHESKI, 2010: 4).

Esse conflito resultou na divisão territorial da Comunidade Quilombola de Santana, tornando-se a única com o território dividido pelo canal da transposição do Rio São Francisco: de um lado, está a obra e, do outro, a comunidade ainda sem acesso à água.

Considerações finais

A discussão central do presente estudo foram as ações previstas no Programa de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas, o PBA 17. Sendo assim, diante das reflexões apresentadas no referencial teórico, evidenciou-se, empiricamente, a partir da pesquisa de campo, uma série de conflitos existentes na Comunidade Quilombola de Santana, localizada na zona rural do município de Salgueiro, sertão pernambucano.

Esse estudo constata que foi a partir dessa lógica predatória que nasceu o PISF, expropriando milhares de pessoas no território destinado ao projeto, com promessas falaciosas, a partir de discursos sobre água em abundância para a região Nordeste, castigada pela seca desde outrora. Averiguou-se também, que a partir dessa lógica surgem determinadas resistências, como é o caso da Comuni-

dade Quilombola de Santana, que se organizou por meio da Associação Quilombola de Santana para reivindicar direitos que deveriam ter sido cumpridos pelos empreendedores da obra.

Desde o lançamento do RIMA, em julho de 2004, ainda não sabemos como ele funcionará em sua plenitude. A despeito dessa questão, não podemos negar a importância dessa obra para o Nordeste, desde que seja para atender ao abastecimento de água à população, beneficiando devidamente as milhares de pessoas que ali vivem. No momento, o que se constatou foi uma comunidade vulnerabilizada socioeconomicamente que se caracteriza por um misto de sentimentos entremeados a emoções como indignação, preocupação, desconfiança, ansiedade, frustração, etc., mas que ainda tem na esperança e na coragem os preceitos para seguir resistindo em meio à aridez das políticas de um Estado necropolítico. Recordar o que vivi na Comunidade Quilombola Santana me fez lembrar de uma frase de Santo Agostinho: “A esperança tem duas filhas lindas, a **indignação e a coragem**; a indignação nos ensina a não aceitar as coisas como estão; a coragem, a mudá-las”.

Diante do exposto, é necessário sim, que existam políticas públicas mais eficazes que assegurem às comunidades remanescentes de quilombolas, ações e medidas eficazes em prol da sua qualidade de vida, em prol de sua sobrevivência cultural!

Logo, esta pesquisa se propõe a evidenciar algumas questões, mas não em responder todas elas. Assim, ainda ecoam algumas perguntas: Como os Estados vão pagar pela água da transposição? Como essa água será distribuída para a população? As comunidades quilombolas impactadas pelo PISF serão tituladas? Perguntas sólidas e concretas num mar de interrogações.

Recebido em 1 de maio de 2021.

Aprovado em 1 de setembro de 2021.

Referências

- ACSELRAD, Henri. *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- ACSELRAD, Henri; MELO, Cecília Campello Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. *O que é justiça ambiental*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- ALMEIDA, Jalcione; PREMEBIDA, Adriano. Histórico, relevância e explorações ontológicas da questão ambiental. *Sociologias*, 16 (35): 14-33, 2014.
- BARBOSA, Altair Sales. Falhas na transposição do rio São Francisco revelam a finalidade da obra: patrocinar latifúndios e coronéis da política regional. *Instituto Humanos Unisinos*. São Leopoldo, 2018.
- BAUER, Martin W.; GASKEL, George; ALLUM, Nicolas C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002. pp. 17-36.
- BINKOWSKI, Patrícia. *Análise de conflitos e relação de poder em espaços rurais*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2018.
- BINKOWSKI, Patrícia. *Dinâmicas Socioambientais e Disputas Territoriais em Torno dos Empreendimentos Florestais no Sul do Rio Grande Do Sul*. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- BRASIL, Daniel. *O mar virou Sertão*. Curitiba: Appris, 2014.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. *Programa de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas*. Brasília, 2005.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. *Projeto de Integração do Rio São Francisco*. Brasília, 2018.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. *Relatório de Impacto Ambiental do Projeto de Integração do Rio São Francisco*. Brasília, 2004.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA NACIONAL GERAL DA UNIÃO. *Relatório de Avaliação da Execução do Programa de Governo n. 81 Manutenção do Projeto de Integração do Rio São Francisco na Fase de Pré-Operação*. Brasília, 2017.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA NACIONAL GERAL DA UNIÃO. *Transposição do Rio São Francisco não tem garantia de operação e manutenção*. Brasília, 2018.
- CRESWELL, John W. *Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- FERREIRA, Charles Evandre Vieira. *Transposição do Rio São Francisco: Análise das Ações do Programa Básico Ambiental (PBA 17) e os conflitos ambientais na Comunidade Quilombola de Santana, Pernambuco*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sustentabilidade. Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

FLEURY, Lorena Cândido. “A gente não sabe o que é barragem, mas sabe o que é o Xingu’: cosmopolítica e conflito ambiental na construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte na Amazônia brasileira”. In: ALMEIDA, Jalcione (org.). *Conflitos ambientais e controvérsias em Ciência e Tecnologia*. Porto Alegre: UFRGS, 2016. pp. 29-53.

FLEURY, Lorena Cândido. *Conflito Ambiental e Cosmopolíticas na Amazônia Brasileira: A Construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte em Perspectiva*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

FLEURY, Lorena Cândido; ALMEIDA, Jalcione. A construção da usina hidrelétrica de Belo Monte: conflito ambiental e o dilema do desenvolvimento. *Ambiente & Sociedade*, 16 (4): 141-156, 2013.

FLEURY, Lorena Cândido; ALMEIDA, Jalcione; PREMEBIDA, Adriano. O ambiente como questão sociológica: conflitos ambientais em perspectiva. *Sociologias*, 16 (35): 34-82, 2014.

GASKELL, Gaskell (Org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002. pp. 137-138.

LOPES, José Sérgio Leite. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. *Horizontes Antropológicos*, 12 (25): 31-64, 2006.

MEBRATU, Desta. Sustainability and Sustainable Development: historical and conceptual review. *Environ Impact Asses Review*, 18: 493-520, 1998.

MILARÉ, Édis. *Direito do ambiente: a gestão ambiental em foco: doutrina, jurisprudência, glossário*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. *Estudos Avançados*, 26 (74): 51-64, 2012.

OLIVEIRA, Myriam Cyntia Cesar de. “Relação sociedade-natureza e suas matrizes paradigmáticas: uma introdução”. In: *Texto didático para utilização na disciplina DER317 – Tecnociência, natura e desenvolvimento* (PGDR/UFRGS). Porto Alegre, 2007.

SUASSUNA, João. As faces do lobby pela transposição do São Francisco. *Repórter Brasil*, 2006.

ZHOURI, Andrea. O ativismo transnacional pela Amazônia. Entre a ecologia política e o ambientalismo de resultados. *Horizontes Antropológicos*, 12 (25), 2006.

ZHOURI, Andrea.; OLIVEIRA, Raquel. Desenvolvimento, Conflitos Sociais e Violência no Brasil Rural: o caso das usinas hidrelétricas. *Ambiente e Sociedade*, 10 (2): 120, 2007.

ZHOURI, Andrea.; OLIVEIRA, Raquel. Development and environmental conflicts in Brazil. *Virtual Brazilian Anthropology*, 9 (1), 2012.

ZHOURI, Andrea; LASCHEFSKI, Klemens. Desenvolvimento e conflitos ambientais um novo campo de investigação. In: ZHOURI, A; LASCHEFSKI, K. (Orgs). *Desenvolvimento e Conflitos Ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. pp. 11-31.

ZHOURI, Andrea; LASCHEFSKI, Klemens; Barros, Doralice Pereira. “Desenvolvimento, sustentabilidade e conflitos socioambientais”. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. B. *A insustentável leveza da política ambiental: Desenvolvimento, Sustentabilidade e Conflitos Socioambientais*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2005. pp. 11-24.